



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

BLOCO DE ESQUERDA – B.E.

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) relativo às contas do Bloco de Esquerda (B.E.) referentes ao ano de 2011

A. Considerações Gerais. Metodologia adotada

1. O presente Relatório da ECFP contém as conclusões dos trabalhos de revisão, efetuados com aplicação de procedimentos de auditoria, às contas do **Bloco de Esquerda (B.E.)**, doravante referido por **B.E.** ou apenas Partido, referentes ao ano de 2011. Deste Relatório constam as questões suscitadas face aos resultados da auditoria, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro.
2. Os procedimentos de auditoria adotados na Revisão às Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2011 do Bloco de Esquerda contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:
 - (i) Aplicação de técnicas de revisão analítica às principais rubricas das Demonstrações Financeiras efetuada pela ECFP;
 - (ii) Aplicação pela ECFP, com a colaboração da sociedade AB – António Bernardo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (AB – António Bernardo), de procedimentos limitados de auditoria, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as

demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame simplificado consistiu na: (i) obtenção de confirmação de saldos e outras informações por parte de entidades cujos saldos/transações foram considerados relevantes; (ii) verificação do cumprimento do regime contabilístico de tratamento das receitas e despesas, designadamente no que diz respeito à aplicação, com as devidas adaptações, dos princípios aplicáveis do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e, em especial, à verificação da discriminação das receitas e despesas incorridas; (iii) análise da legalidade e conformidade dos documentos de receitas e dos documentos de despesas; (iv) verificação do pagamento das despesas e do recebimento das receitas; (v) aplicação de outros procedimentos de verificação e análise que permitiram verificar o grau de cumprimento por parte do Partido de diversos preceitos legais, nomeadamente da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, doravante designada apenas por L 19/2003, da Lei Orgânica n.º 2 /2005, de 10 de janeiro, adiante designada por LO 2/2005 e da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, adiante referida apenas por L 55/2010.

3. O Relatório que a ECFP envia à apreciação do B.E., para além de apresentar, na Secção B, uma análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sintetiza, na Secção C, as limitações constatadas/situações de impossibilidade de conclusão, erros ou incumprimentos detetados em resultado do trabalho de análise efetuado pela ECFP e por AB – António Bernardo às contas da atividade do B.E. em 2011. Na Secção D é apresentada a Conclusão formal deste trabalho.
4. A ECFP solicita ao B.E. que comente cada um dos Pontos cujas conclusões são sinteticamente apresentadas nas Secções B e C deste Relatório da ECFP. Se não for facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares manter-se-ão no Parecer da ECFP as conclusões constantes deste Relatório.
5. De entre as incorreções, situações anómalas e de falta de informação identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às Contas Anuais de 2011, salientam-se as seguintes:

- a. Falta de registo do encerramento de conta bancária e conta bancária não refletida na Contabilidade (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório);
 - b. Não apresentação da Certidão comprovativa da não existência de dívidas à Segurança Social (ver Ponto 2 da Secção C deste Relatório);
 - c. Não foram obtidas todas as respostas aos pedidos de confirmação de saldos e transações com fornecedores (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório);
 - d. Divergência no valor da subvenção (ver Ponto 4 da Secção C deste Relatório);
 - e. Anulação de saldos de fornecedores que não se encontra devidamente suportada documentalmente – Possibilidade de eventual existência de donativos de pessoas coletivas (ver Ponto 5 da Secção C deste relatório).
6. A ECFP verificou que o B.E. anexou às contas do Partido as contas do grupo parlamentar do B.E. da Assembleia da República e do deputado único representante do B.E. na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. A ECFP não auditou estas contas, pelo que não se pronuncia relativamente a eventuais irregularidades ou ilegalidades das mesmas.

Quanto às primeiras, a ECFP não dispõe de competência legal para o efeito, cabendo ao Tribunal Constitucional pronunciar-se sobre a inconstitucionalidade do novo n.º 8 do artigo 5.º da L 19/2003, na redação dada pela L 55/2010.

Quanto às segundas, o B. E. optou por não consolidar as contas do deputado único seu representante na ALRAM na estrutura regional do Partido, para evitar, segundo supõe a ECFP, a violação legal relativa à inclusão nas contas da subvenção regional, que o Tribunal Constitucional repetidamente afirmou nas contas anuais anteriores. Com este procedimento de exclusão feito pelo B.E., a ECFP entende que essa subvenção ilegal, deixando de figurar nas contas, não as contamina e permite que essas contas venham a ser auditadas pelo órgão verdadeiramente competente, que é o Tribunal de Contas, que só poderá reassumir essa competência quando o Tribunal Constitucional considerar inconstitucional o acima citado artigo 5.º, n.º 8, da L19/2003, na redação da L 55/2010, na parte relativa às subvenções regionais.

B. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2011 do B.E. e submetidas à apreciação do Tribunal Constitucional compreendem o Balanço (que evidencia um total de Ativo de 2.377.329 euros e um total de Capital próprio de 2.138.907 euros, incluindo um Resultado líquido de 132.644 euros), a Demonstração dos resultados relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de rendimentos de 2.275.149 euros e um total de gastos de 2.142.505 euros), e o Anexo com as correspondentes Notas explicativas.

Assinala-se que, na sequência da identificação, durante a auditoria, de incorreções na prestação das Contas Anuais de 2011, o Partido procedeu à retificação daquelas Contas, tendo entregado nova versão retificada, no Tribunal Constitucional, já em abril de 2013, e, posteriormente, uma outra nova versão retificada, em 15 de maio de 2013.

Balanço em 31 de dezembro de 2011

BALANÇO				
(Montantes expressos em Euros)				
Rubricas	2011	2010	Variação (1)-(2)	
	(1)	(2)	Valor	%
ATIVO:				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	1.625.494	1.664.184	-38.690	-2,32
Ativos intangíveis	16.127	5.613	10.514	187,30
	1.641.621	1.669.797	-28.176	-1,69
Ativo corrente:				
Inventários – Livraria	349	392	-43	-10,97
Clientes	0	0	0	-
Adiantamentos a fornecedores	0	600	-600	-100,00
Estado e outros entes públicos	96.970	25.418	71.552	281,50
Outras contas a receber	2.334	9.533	-7.199	-75,52
Diferimentos	18.793	20.002	-1.209	-6,04
Caixa e depósitos bancários	617.262	656.403	-39.141	-5,96
	735.708	712.348	23.360	3,28
Total do Ativo	2.377.329	2.382.145	-4.816	-0,20

CAPITAL PRÓPRIO:

Resultados transitados	2.006.263	1.391.695	614.568	44,16
Resultado líquido do período	132.644	568.004	-435.360	-76,65
Total do Capital Próprio	2.138.907	1.959.699	179.208	9,14

PASSIVO:**Passivo não corrente:**

Financiamentos obtidos	0	140.367	-140.367	-100,00
Outras contas a pagar	0	100	-100	-100,00
	0	140.467	-140.467	-100,00

Passivo corrente:

Fornecedores	34.666	48.815	-14.149	-28,98
Estado e outros entes públicos	24.509	11.148	13.361	119,85
Financiamentos obtidos	140.367	138.391	1.976	1,43
Outras contas a pagar	36.869	73.945	-37.076	-50,14
Diferimentos	2.010	9.681	-7.671	-79,24
	238.422	281.979	-43.557	-15,45
Total do Passivo	238.422	422.446	-184.024	-43,56
Total do Capital Próprio e do Passivo	2.377.329	2.382.145	-4.816	-0,20

Demonstração de Resultados relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2011

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	2011	2010	Variação (1) – (2)	
	(1)	(2)	Valor	%
Proveitos da Atividade Corrente				
Vendas e serviços prestados	2.261.396	2.288.564	-27.168	-1,19
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-838.373	0	-838.373	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-670	0	-670	
Fornecimentos e serviços externos	-791.948	-1.036.204	244.256	-23,57
Gastos com o pessoal	-396.271	-502.394	106.123	-21,12
Provisões (aumentos/reduções)	-16.260	0	-16.260	
Outros rendimentos e ganhos	13.753	20.468	-6.715	-32,81
Outros gastos e perdas	-33.931	-120.043	86.112	-71,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	197.696	650.391	-452.695	-69,60

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-60.944	-70.990	10.046	-14,15
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	136.752	579.401	-442.649	-76,40
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	
Juros e gastos similares suportados	-4.108	-11.397	7.289	-63,96
Resultado líquido do período	132.644	568.004	-435.360	-76,65

Porém, verifica-se que as contas apresentadas pelo Partido compreendem parcelas incorretas, em relação às contas anuais de 2010, pelo que, de acordo com as contas entregues naquele ano, o Balanço deveria ter a seguinte apresentação:

Balanço em 31 de dezembro de 2011

BALANÇO				
(Montantes expressos em Euros)				
Rubricas	2011	2010	Variação (1)-(2)	
	(1)	(2)	Valor	%
ATIVO:				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	1.625.494	1.664.043	-38.549	-2,32
Ativos intangíveis	7.547	5.613	1.934	34,46
Outros ativos em curso	8.580	140	8.440	6.028
	1.641.621	1.669.797	-28.175	-1,69
Ativo corrente:				
Inventários - Livraria	349	392	-43	-10,97
Adiantamentos a fornecedores	0	600	-600	-100,00
Estado e outros entes públicos	96.970	25.418	71.552	281,50
Outras contas a receber	2.334	9.533	-7.199	-75,52
Diferimentos	18.793	20.002	-1.209	-6,04
Caixa e depósitos bancários	617.262	656.403	-39.141	-5,96
	735.707	712.348	23.359	3,28
Total do Ativo	2.377.329	2.382.145	-4.816	-0,20

CAPITAL PRÓPRIO:

Resultados transitados	2.006.263	1.391.695	614.568	44,16
Resultado líquido do período	132.644	568.004	-435.360	-76,65
Total do Capital Próprio	2.138.907	1.959.699	179.208	9,14

PASSIVO:**Passivo não corrente:**

Financiamentos obtidos	0	140.367	-140.367	-100,00
Outras contas a pagar	0	100	-100	-100,00
	0	140.467	-140.467	-100,00

Passivo corrente:

Fornecedores	34.666	48.815	-14.149	-28,98
Estado e outros entes públicos	24.509	11.148	13.361	119,85
Financiamentos obtidos	140.367	138.391	1.977	1,43
Outras contas a pagar	36.869	73.945	-37.076	-50,14
Diferimentos	2.010	9.681	-7.671	-79,24
	238.422	281.979	-43.557	-15,45
Total do Passivo	238.422	422.446	-184.024	-43,56
Total do Capital Próprio e do Passivo	2.377.329	2.382.145	-4.816	-0,20

Por outro lado, também a Demonstração dos resultados, reorganizada por rubricas de Rendimentos e Gastos, teria a seguinte apresentação:

Demonstração de Resultados relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2011

Atividade Corrente + Eleitoral

Rendimentos	2011	2010	Variação	
			Valor	%
Donativos	2.715	6.355	-3.640	-57,28%
Quotas	44.904	41.430	3.474	8,39%
Contribuições privadas	281.660	421.636	-139.976	-33,20%
Angariação de Fundos	49.567	30.608	18.959	61,94%
	378.846	500.029	-121.183	-24,24%
Subvenções:				
Nacionais	1.228.019	1.788.535	-560.516	-31,34%
Campanhas Eleitorais	653.598	0	653.598	
	1.881.617	1.788.535	93.082	5,20%
	2.260.463	2.288.564	-28.101	-1,23%

Vendas de Mercadorias	933	0	933	
Outros Rendimentos e Ganhos	10.046	20.469	-10.423	-50,92%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	3.706	0	3.706	
Total dos Rendimentos:	2.275.149	2.309.033	-33.884	-1,47 %

Gastos	2011	2010	Variação	
			Valor	%
Custo das Mercadorias Vendidas	670	0	670	
Fornecimentos e Serviços Externos	791.949	1.036.204	-244.255	-23,57%
Gastos com o Pessoal	396.271	502.394	-106.123	-21,12%
Gastos de Depreciação e Amortização	60.944	70.990	-10.046	-14,15%
	1.249.834	1.609.588	-359.754	-22,35%
Outros Gastos e Perdas	872.330	120.043	752.287	626,68%
Gastos e Perdas de Financiamento	4.082	11.397	-7.315	-64,18%
	876.412	131.440	744.972	566,78%
Provisões	16.260	0	16.260	100,00%
Total dos Gastos:	2.142.505	1.741.028	401.477	23,06 %
Resultado do Período	132.644	568.004	-435.360	-76,65 %

De acordo com os valores registados na Contabilidade, os **Rendimentos totais**, em 2011, foram de 2.275.149 euros (eram de 2.309.033 euros em 2010), pelo que baixaram 33.884 euros (-1,47%). Por sua vez, os **Gastos totais** foram de 2.142.505 euros (eram de 1.741.028 euros em 2010), tendo aumentado 401.477 euros (+23,06%), evolução justificada essencialmente pelo facto de 2011 ter sido um ano de Campanhas eleitorais.

Verifica-se que, tanto o Ativo, como o Passivo do Partido, refletidos no Balanço, registaram diminuição face ao ano anterior, tendo o Ativo passado de 2.382.145 euros em 2010, para 2.377.329 euros no final de 2011, por força, sobretudo, das diminuições registadas nas rubricas de “Ativos Fixos Tangíveis” e “Caixa e Depósitos Bancários”, praticamente compensadas pelo acréscimo do saldo da rubrica de “Estado e outros entes públicos”.

O Passivo baixou, de 422.446 euros em 2010, para 238.422 euros em 2011, sobretudo por força do decréscimo verificado nas rubricas de “Financiamentos obtidos” e de “Outras Contas a Pagar”.

2. As Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios de 2011 e 2010 não são diretamente comparáveis, uma vez que as contas de 2011, para além de refletirem o efeito da atividade corrente do Partido, refletem também os efeitos da atividade das Campanhas eleitorais desenvolvidas pelo Partido, no âmbito da Eleição para a Assembleia da República 2011 (5 de junho de 2011), Eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira 2011 (9 de outubro de 2011), Referendo Local do Cartaxo 2011 (18 de dezembro de 2011) e eleição intercalar para a Assembleia de Freguesia de Figueiredo de Alva 2011 (6 de fevereiro de 2011), registando-se neste último caso não observância da Lei da Paridade (ver sítio na Internet da Comissão Nacional de Eleições).

Para uma melhor visualização do efeito da atividade das Campanhas eleitorais ocorridas em 2011, apresentam-se as demonstrações financeiras depuradas dos valores suportados pelo B.E. naquelas Campanhas (apresentando-se como resultado da atividade de Campanha o valor apurado tendo também em consideração as Contribuições efetuadas pelo Partido):

	2011	2010
Resultado Operacional	123.020	579.401
Resultado da Atividade de Campanha – Eleições para a Assembleia da República	- 88.558	0
Resultado da Atividade de Campanha – Eleições para a Assembleia Legislativa Regional da R. A. da Madeira	- 35.294	0
Resultado da Atividade de Campanha – Referendo Local do Cartaxo	- 594	0
Assembleia de Freguesia Figueiredo Alva	- 510	0
Resultado Operacional da atividade corrente do Partido	247.976	579.401

3. O **Balanço** do B.E., reportado a 31 de dezembro de 2011, apresenta um total de Ativo no montante de 2.377.329 euros (2.382.145 euros em 31.12.2010), destacando-se os saldos das seguintes rubricas:

3.1 Ativos fixos tangíveis: (1.625.494 euros em 2011; 1.664.043 euros em 2010). Esta rubrica regista o valor líquido, após depreciações acumuladas. O movimento registado, em 2011, nos valores brutos dos Ativos Fixos Tangíveis (antes de depreciações), foi o seguinte:

Saldo Inicial	Adições	Abates	Transferências	Saldo Final
1.919.901,24	21.692,93	1.049,56	-3.555,38	1.936.989,23

As transferências registadas referem-se a regularizações relativas a ativos que se encontravam erradamente registados como sendo pertencentes ao Partido, quando pertencem ao Grupo Parlamentar.

Foram solicitadas e obtidas as certidões emitidas pela Administração Fiscal para confirmar que todos os bens sujeitos a registo se encontram em nome do Bloco de Esquerda.

Constata-se que, em relação às viaturas, continuam a figurar na “Lista de veículos automóveis associados ao contribuinte” duas viaturas que não constam do património registado nas contas do Partido, e que são as seguintes:

Matrícula	Marca / Modelo	Observações
	Nissan Vanete	Viatura alienada há anos, mas cuja propriedade não conseguem alterar
	Daihatsu Sirion	Viatura adquirida pelo Grupo Parlamentar da Madeira

Nota: Com a entrada em vigor da L 55/2010, os Grupos Parlamentares podem dispor, se o pretenderem, de Número de identificação fiscal (NIF) próprio (ver artigo 14.º-A). Como, em regra, os Grupos Parlamentares não têm NIF próprio, o seu património encontra-se registado no Partido a que respeitam. Este procedimento não é, no entanto, adequado, tendo em consideração que cabe apenas à ECFP fiscalizar o património dos Partidos, não auditando as contas dos Grupos Parlamentares.

Com base na análise documental efetuada verificou-se que foi registada a aquisição de uma impressora HP por 299 euros, com retoma por 50 euros da impressora antiga, isto de acordo com o descritivo da fatura que suporta o lançamento n.º 192.190000003, em fevereiro de 2011, no total de 747,00 euros. De acordo com aquele lançamento, parece não ter sido efetuado o abate da impressora anterior e o reconhecimento do resultado da retoma. Questionado acerca desta situação, o Partido respondeu que “não foi entregue à loja qualquer impressora para abate. Dada a existência de uma campanha de descontos, a loja optou por aplicar o desconto mesmo a clientes que não entregavam impressoras para abate – o que foi o caso”. Assim sendo, o que

estará incorreto será a descrição na fatura do fornecedor Vobis, que refere: “Retomas HP – 50,00 euros”.

Foram também analisados os mapas de depreciações e amortizações (do modelo fiscal; modelo 32) e comparados os seus valores com os correspondentes saldos contabilísticos, verificando-se existirem ligeiras divergências, conforme indicado no quadro seguinte:

	Ativos		
	Fixos	Depreciações	
	Tangíveis	Período	Acumuladas
Contabilidade	1.936.989,23	55.290,86	311.494,86
Mapas	1.938.038,79	55.290,86	312.178,77
Diferença	1.049,56	0,00	683,91

Existe, portanto, uma diferença de cerca de 1.050 euros no valor bruto dos ativos fixos tangíveis, que se depreende ter origem numa questão de índole informática, devido ao facto de o programa informático não ter retirado dos mapas de amortizações os bens abatidos, pois o valor da diferença corresponde exatamente ao valor dos bens abatidos em 2012. Em relação à diferença de 683,91 euros a nível de depreciações acumuladas, a mesma decompõe-se em:

Depreciações acumuladas de bens abatidos em 2012: 805,92 euros

Diferença existente nas depreciações de anos anteriores - 122,01 euros.

3.2 Ativos intangíveis: (7.547 euros em 2011; 5.613 euros em 2010).

Esta rubrica regista o valor líquido, após depreciações acumuladas. O movimento registado em 2011, no valor bruto de ativos intangíveis (antes de amortizações) foi o seguinte:

Saldo Inicial	Adições	Abates	Transferências	Saldo Final
13.476,38	16.044,76	0,00	-8.580,48	20.940,66

O valor de “transferências”, 8.580 euros, respeita ao investimento num programa informático, que, por ainda não se encontrar operacional, foi transferido para a rubrica “Outros ativos em curso”, mas que, no Balanço apresentado pelo Partido, figura em conjunto com o valor dos Ativos intangíveis (não obstante não estar sujeito a depreciações enquanto se mantiver em curso).

3.3 Outros ativos em curso: Através da análise documental efetuada, verifica-se que o saldo desta rubrica, 8.580 euros, corresponde a investimentos em curso relativos a ativos intangíveis, referentes ao desenvolvimento de um sistema de gestão de aderentes (programa informático), pelo que, na versão do Balanço preparada pela Auditoria, tal valor se encontra autonomizado (como está, aliás, evidenciado no balancete da Contabilidade).

3.4 Inventários: (349 euros em 2011; 392 euros em 2010). Esta rubrica regista o valor de livros para venda, em armazém. O movimento registado durante o ano de 2011 foi o seguinte:

Saldo Inicial	Compras	Vendas	Regularizações	Saldo Final
391,60	627,24	669,69	0,00	349,15

3.5 Estado e Outros Entes Públicos: (96.970 euros em 2011; 25.418 euros em 2010). Esta rubrica apresenta um acréscimo no valor de 71.552 euros, que se deve ao facto de, à data do encerramento das contas de 2011, o B.E. ter ainda por receber reembolso pedido, no montante de 91.760 euros, para além de 5.210 euros de IVA suportado e de que não fora ainda solicitado o reembolso.

O valor de pedido de reembolso do IVA refere-se a um único pedido, relativo às despesas de Campanha com as Legislativas 2011, tendo o B.E. entretanto recebido a totalidade do valor do pedido, em 29/02/2012 (conforme despacho de 27/02/2012), não concordando a ECFP com o pedido de reembolso do IVA relativamente às contas de Campanhas eleitorais, como consta dos respetivos processos de auditoria.

3.6 Outras Contas a Receber: (2.334 euros em 2011; 9.533 euros em 2010). Esta rubrica registou um decréscimo de 7.199 euros (- 75,5%) relativamente a 2010. Verifica-se que foi feita compensação de saldos na subconta 27.8.8 – Outros Devedores e Credores, pelo que o saldo no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

Subcontas	Rubricas	Saldos Devedores
2781	OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A SEDE	
278112	BE - BRAGANÇA	163,90
278117	BE - AVEIRO	1,85
278121	BE - LEIRIA	570,45
278124	BE - SETÚBAL	174,85

27816	BE - CAMPANHAS	
278163	BE - CAMPANHAS JUNTAS FREGUESIAS	1.109,78
2788	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	312,99
Total de Outras Contas a Receber		2.333,82

Quando deveria efetivamente ser:

Subcontas	Rubricas	Devedores
2781	OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A SEDE	
278112	BE - BRAGANÇA	163,90
278117	BE - AVEIRO	1,85
278121	BE - LEIRIA	570,45
278124	BE - SETÚBAL	174,85
27816	BE - CAMPANHAS	
278163	BE - CAMPANHAS JUNTAS FREGUESIAS	1.109,78
2788	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	
2788.0218	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL	1.320,00
2788.0421	AVEIRO IV - 172156890 S.J.M.	2,99
2788.0501	SENHORIOS R. PALMA ART. 286	1.000,00
Total de Outras Contas a Receber		4.343,82

Portanto, o saldo da rubrica de Outras Contas a Receber, no Ativo, deveria ascender a cerca de 4.344 euros.

Com base na análise efetuada aos saldos destas subcontas verifica-se que transitam já de anos anteriores os seguintes, no total de 2.229 euros:

Saldos de Anos Anteriores:

Subcontas	Rubricas	Saldos Devedores
2781	OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A SEDE	
278112	BE – BRAGANÇA	163,90
278121	BE – LEIRIA	570,45
278124	BE – SETÚBAL	174,85
2788	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	
2788.0218	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL	1.320,00
Total de saldos de anos anteriores:		2.229,20

Em relação ao saldo de 1.320,00 euros na subconta 27.8.8.0218 – EDP – Serviço Universal, sendo referente a caução, está justificada a sua permanência sem movimento nesta conta.

No que respeita à subconta 27.8.8.0501 – Senhorios R. Palma Art.º 286, que apresenta, em 31/12/2011, um saldo de 1.000 euros, quando o seu saldo era de 4.000 euros em 31/12/2010, verifica-se que a mesma tem vindo a ser regularizada.

3.7 Diferimentos: (18.793 euros em 2011; 20.002 euros em 2010). Registou um decréscimo de 1.209 euros (-6%) em relação a 2010. Esta rubrica corresponde aos gastos a reconhecer apenas em 2012, mas que foram já pagos em 2011 (pela aplicação do princípio do acréscimo), decompondo-se o saldo da seguinte forma:

Subconta	Designação	Saldos
		Devedores
2819	Outros Gastos a Reconhecer	
28191	Outros Gastos - Rendas	12.428,15
28192	Outros Gastos - Diversos	6.364,50
Total		18.792,65

3.8 Caixa e Depósitos Bancários: (617.262 euros em 31.12.2011; face a 656.403 euros em 31.12.2010). Esta rubrica regista um decréscimo de 39.141 euros (- cerca de 6%) em relação a 2010, apresentando a seguinte decomposição:

Rubricas	2011	2010	Diferença	%
Caixa	7.608,61	4.931,08	2.677,53	54,30
Depósitos à Ordem	159.653,38	316.472,12	-156.818,74	-49,55
Depósitos a Prazo	450.000,00	335.000,00	115.000,00	34,33
Total	617.261,99	656.403,20	-39.141,21	-5,96

Caixa: Com base na análise efetuada não foram identificados pagamentos de valor superior a um salário mínimo mensal nacional.

Depósitos à Ordem: Em 31 de dezembro de 2011 o saldo desta rubrica é composto pelos saldos: (i) das contas bancárias da Sede Nacional e das estruturas dos Açores, Aveiro, Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Évora, Leiria, Madeira, Faro, Santarém, Guarda Braga, Castelo Branco, Viseu, Beja, Salvaterra de Magos e Viana do Castelo, e do Grupo Parlamentar da Madeira,

(ii) das contas bancárias de Donativos da Sede (na C.G.D. e Montepio) e da Madeira (C.G.D.) e (iii) das contas bancárias das Campanhas eleitorais da Madeira 2011, da Assembleia de freguesia de Figueiredo de Alva (S. Pedro do Sul – Viseu) e de Referendo do Cartaxo 2011.

Foram analisadas as conciliações bancárias das contas de depósitos à ordem, registando-se apenas uma discrepância relativa à conta 12.3.9.4 – Figueiredo de Alva que regista, na Contabilidade, um saldo de 13,20 euros, quando o extrato bancário a apresenta já saldada. Aquele valor corresponde ao saldo evidenciado pelo banco em 6 de abril de 2011, antes da liquidação da conta, que ocorreu (de acordo com o extrato bancário) em 29 de abril de 2011. Portanto, a Contabilidade não lançou ainda o levantamento correspondente ao encerramento daquela conta bancária, o qual se deveria refletir noutra conta bancária ou em Caixa (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório).

Foi efetuada circularização a todos os bancos com que o Bloco de Esquerda trabalha (BPI, CGD, MILLENNIUM BCP e MONTEPIO), para confirmação da existência das contas bancárias, dos respetivos saldos, da existência de empréstimos e respetivos saldos, e da existência ou não de responsabilidades e garantias prestadas e de quem obriga o Partido.

Dado não terem sido obtidas respostas, foi solicitado ao Partido a sua intervenção junto dos bancos, para que fosse possível incluir as informações decorrentes das suas respostas neste Relatório. Assim, até à data da conclusão do trabalho de auditoria, apenas não foi obtida resposta por parte do MILLENNIUM BCP, em relação ao qual a Contabilidade do Partido já não apresenta saldo, pelo que é possível que aquele banco não responda por não ter existir saldo na conta, para que pudesse cobrar o montante das despesas pela resposta.

De entre as respostas obtidas, assinala-se que a Caixa Geral de Depósitos regista um saldo residual de 3,90 euros na conta _____, conta esta que não é evidenciada no balancete do Partido, em 31 de dezembro de 2011 (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório).

Outros Depósitos Bancários (Depósitos a prazo): são constituídos por 300.000 euros na Caixa Geral de Depósitos (225.000.00 euros em 2010) e por 150.000 euros no Montepio Geral (110.000 euros em 2010). Estes

depósitos vencem juros a taxas correntes de mercado, tendo sido constituídos com o objetivo de criar margem financeira para os gastos previstos, quer para a atividade corrente do Partido, quer para o financiamento das campanhas eleitorais de 2012. Os saldos registados na Contabilidade foram confirmados pelos bancos através das respostas à circularização.

4. O **Capital Próprio** em 31 de dezembro de 2011 apresenta um valor positivo de 2.138.907 euros (1.959.699 euros em 31.12.2010), tendo registado a seguinte evolução:

	31-12-2010	Aumentos	Diminuições	31-12-2011
Capital Próprio				
Resultados Transitados	1.391.695,01	677.934,17	63.366,23	2.006.262,95
Resultado do Exercício	568.004,46	132.644,09	568.004,46	132.644,09
	<u>1.959.699,47</u>	<u>810.578,26</u>	<u>631.370,69</u>	<u>2.138.907,04</u>

O aumento na rubrica de Resultados transitados, no valor total de 677.934.17 euros, respeita à aplicação do resultado de 2010, no montante de 568.004 euros, assim como à regularização de saldos de diversas contas e de excessos de estimativa.

Por seu lado, a diminuição, no total de 63.366,23 euros, respeita, na sua totalidade, à regularização de saldos de contas correntes.

Com base na análise documental efetuada, é de assinalar que o lançamento n.º 50016, em 31/01/2011, no valor de 1.200,00 euros, a crédito da conta 561 – Fundos Adquiridos, respeita à anulação de saldos de fornecedores, mas não apresenta suporte documental que explique o motivo desta anulação. Esta situação pode eventualmente configurar um donativo de pessoa coletiva (ver Ponto 5 da Secção C deste Relatório).

5. O **Passivo** do B.E. em 31 de dezembro de 2011 ascende a 238.422 euros (face a 422.446 euros registados em 31.12.2010), destacando-se os saldos das seguintes rubricas:

5.1. Financiamentos obtidos (Passivo não corrente): Saldo nulo em 2011, face a 140.367 euros em 2010. Esta rubrica já não apresenta saldo, pois, conforme é indicado no Anexo às Demonstrações Financeiras, o valor do capital em dívida de financiamentos obtidos deverá ser amortizado no prazo

de um ano, pelo que passou a ser evidenciado no Passivo Corrente, na sua totalidade.

5.2. Fornecedores: O saldo reduziu-se, de 48.815 euros em finais de 2010, para 34.666 euros em 2011.

Foi efetuada circularização de fornecedores para confirmação dos saldos registados na Contabilidade do Partido, que incidiu sobre 24 fornecedores (com saldos mais relevantes) no total de 27.185 €, que representam 78,4% do saldo total de fornecedores em 31-12-2011.

Até à data de conclusão do trabalho de auditoria, foram obtidas 13 respostas, das quais apenas 7 se apresentam concordantes. Foram enviados os extratos de contas correntes das respostas obtidas para o B.E., para que pudessem ser conciliadas com os dados da Contabilidade do Partido (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório).

Em relação aos fornecedores que não responderam, foi sugerido ao Partido o envio de novas cartas, solicitando resposta urgente ao pedido de confirmação de saldos.

Para uma mais fácil visualização, foi elaborado o seguinte mapa de resumo de fornecedores circularizados:

Conta	Título	Saldo Contabilidade	Saldo do Fornecedor	Diferença
22110015	CTT EXPRESSO	-3.793,10	12.912,91	9.119,81
22110290	IMPRESSION	-3.726,90	3.726,90	0,00
22110118	VIAGENS MICAELENSE	-3.631,00	2.258,00	-1.373,00
22110633	MOTIONCREATOR	-2.460,00	2.319,00	-141,00
22110016	AFR-Contabilidade. Lda	-2.223,00	2.767,50	544,50
22110033	CIENCIA GRAFICA, LDA	-1.824,09	---	
22110040	RISO IBERICA S.A.	-1.552,73	---	
22110628	CONSTARTE	-1.094,70	1.094,70	0,00
22110202	REITORIA UNIV.PORTO	-860,00	---	
22110222	VISOES UTEIS Associação	-860,00	860,00	0,00
22110023	KEY INFORM-Miguel & Cristóvão	-820,29	---	
22110136	LUSA - Agencia Not. Portugal	-797,64	---	
22110649	AGENCIA ABREU	-612,86	0,00	-612,86
22110679	MAR DE PRATA	-520,00	0,00	-520,00
22110117	GLOBALNOTICIAS	-474,32	---	
22110059	PROSONIC - Prod. Imagem	-472,01	472,01	0,00

22110634	CTT Serv. Cont. Finanças	-438,72	---	
22110648	HOTEL MUNDIAL	-275,00	275,00	0,00
22110087	RUPAUTO LDA	-260,73	---	
22110681	NOVAGRAFICA DO CARTAXO, LDA	-212,18	212,18	0,00
22110014	NESTLE WATERS	-130,55	---	
22110028	BUDGET - Rent-a-Car	-63,60	---	
22110643	ANDILEX	-58,00	---	
22110151	LSV - Prod. Serv. Audiovisuais S	-23,37	23,37	0,00
	Total circularizado	-27.184,79		

Não foram obtidas respostas dos seguintes fornecedores: CIÊNCIA GRÁFICA, RISO IBERICA, REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, KEY INFORM – Miguel & Cristóvão, LUSA – Agência Noticiosa de Portugal, GLOBALNOTÍCIAS, CTT Serv. Cont. Finanças, RUPAUTO, NESTLÉ WATERS, BUDGET – Rent-a-Car e ANDILEX.

Os saldos divergentes entre a Contabilidade do Partido e os valores indicados pelos fornecedores respeitam aos seguintes fornecedores: CTT EXPRESSO, VIAGENS MICAELENSE, MOTIONCREATOR, AFR-Contabilidade, AGENCIA ABREU e MAR DE PRATA (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório).

Da conta de Fornecedores consta uma subconta designada 2211.0999 – Fornecedores Gerais – Diversos, que se decompõe da seguinte forma:

Estrutura	Fornecedor	Valor
Sede	OUTRO MODO, COO. A.	122,89
	VIA VERDE	11,30
	TMN	5.555,27
	PT	147,19
	EPAL	82,45
	EDP	530,31
	PT PRIME	57,56
	SIBS	55,35
	DELGADO MART. FUR.	888,67
	FRANCISCO DIAS	373,78
	PROSSEGUR FT 4384	<u>55,35</u>
		<u>7.880,12</u>
Viana do Castelo	PT	18,58
Braga	EDP	91,85
	MUN. V. N. FAMALICÃO	12,78
	VIAGUA	<u>8,90</u>
		<u>113,53</u>

Porto	ZON	55,63
Guarda	CABOVISÃO	55,87
	SMAS	5,41
	AQUATRO	98,36
		<u>159,64</u>
Aveiro	EDP 2009	18,53
	CABOVISÃO	49,62
		<u>68,15</u>
Viseu	PT DEZ.	44,62
	SMAS VISEU	6,19
		<u>50,81</u>
Castelo Branco	SERC. MUN. CASTELO BRANCO	24,17
	EDP DEZ.	16,48
		<u>40,65</u>
Leiria	VODAFONE	38,18
Madeira	MUNICÍPIO DO FUNCHAL	20,60
	ELECTRICIDADE DA MADEIRA	332,44
		<u>353,04</u>
		<u>8.778,33</u>
Total		8.778,33

5.3. Estado e Outros Entes Públicos: Saldo de 24.509 euros em 2011 (11.148 euros em 2010). O saldo desta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Rubrica	2011	2010	Diferença
Retenções de Imp. S. Rendimento:			
Trabalho dependente	2.252,30	3.146,00	-893,70
Trabalho independente	21,85	4,60	17,25
Capitais	27,23	123,65	-96,42
Prediais	290,98	777,44	-486,46
Contribuições Segurança Social	5.586,45	7.096,37	-1.509,92
Outras Tributações	16.330,50	0,00	16.330,50
Totais	24.509,31	11.148,06	13.361,25

A diminuição dos valores referentes a retenções na fonte sobre o trabalho dependente e de contribuições para a Segurança Social decorre diretamente

do facto de o número de funcionários do Partido ter diminuído, de 17 pessoas em 2010, para 14 pessoas em 2011.

As retenções relativas a rendimentos de Capitais respeitam a empréstimos efetuados por particulares na campanha para as eleições autárquicas, a quem foram pagos juros, sujeitos a retenção na fonte, por o Partido ter contabilidade organizada, não estando aqui em apreciação a legalidade de tais empréstimos.

O saldo de 27,23 euros de retenções na fonte de rendimentos de capitais (relativos a juros pagos a filiados, que financiaram o Partido através de contratos de mútuo) teve origem em junho de 2011, não tendo aquele valor de retenção sido entregue ao Estado, pelo que, em 31/12/2011, já se encontrava em situação de mora, da qual poderão advir juros compensatórios, que não se encontram provisionados.

Em relação à Segurança Social, o seu saldo é de 5.586,45 euros, dos quais 4.862,13 euros relativos ao mês de dezembro de 2011, sendo contudo os restantes 724,32 euros respeitantes a meses anteriores, pelo que também se encontravam em mora em 31 de dezembro de 2011. Por este motivo poderão advir juros de mora, os quais não se encontram provisionados.

Até à data de conclusão do trabalho de auditoria apenas foi obtida a Certidão de não existência de dívidas à Fazenda Pública. Não foi ainda obtida a Certidão de não existência de dívidas à Segurança Social (ver Ponto 2 da Secção C deste Relatório).

O valor registado na conta “Outras Tributações” compreende essencialmente os montantes relativos a coimas aplicadas pelo Tribunal Constitucional ao B.E., conforme se discrimina:

Coima respeitante a:	Valor	Acórdão
Contas Anuais de 2007	12.000,00	Nº 86/2012, de 15/02/2012
Eleição para Assembleia Regional da R.A. Açores (Outubro 2008)	4.260,00	Nº 139/2012, de 13/03/2012
Total	16.260,00	

O saldo da conta é de 16.330,50 euros, pois inclui, para além das coimas do Tribunal Constitucional, coimas relativas a Imposto Único de Circulação (IUC).

Efetivamente, a ECFP, em exercícios anteriores, considerou que deveriam ser registadas as coimas sempre que o Partido delas fosse notificado até à apresentação das mesmas contas, isto é, sendo o Partido notificado até 31 de Maio de um determinado ano, as coimas deveriam ser inscritas nessas contas e não no exercício em curso à data da notificação dos respetivos Acórdãos.

Entendeu contudo o Tribunal Constitucional que as coimas deveriam ser registadas nas contas respeitantes à data da notificação do Acórdão, orientação que se pode comprovar pelo Acórdão n.º 498/2010, de 15 de Dezembro (ponto 6.1.4).

Assim, a ECFP, verificando embora que o B.E. inscreveu nas contas de 2011 coimas aplicadas em 2012, o que não deveria ter feito à luz da recente jurisprudência do Tribunal Constitucional, não merece no entanto censura por ter seguido orientação anterior da ECFP.

Salienta-se que o Partido não assume como suas as coimas aplicadas pelo Tribunal Constitucional aos responsáveis financeiros, pelo que, naturalmente, não as reflete na sua Contabilidade.

5.4. Financiamentos obtidos (Passivo corrente): Saldo de 140.367 euros em 2011, tendo sido incluído, na íntegra, em Passivo corrente, dado tratar-se de financiamento a amortizar no prazo de um ano.

O financiamento do Bloco de Esquerda foi obtido, na sua totalidade, junto da C.G.D., ascendendo, no final de 2010, a 278.758 euros, tendo sido entretanto amortizados em 2011, 138.391 euros.

5.5. Outras Contas a Pagar: Saldo de 36.869 euros no final de 2011; face a 73.945 euros no final de 2010, compreendendo:

<u>Subcontas</u>	<u>Rubricas</u>	<u>Saldos</u> <u>Credores</u>
231	REMUNERAÇÕES A PAGAR	
2312	AO PESSOAL	1.242,01
238	OUTRAS OPERAÇÕES	
2382	PESSOAL CONTRATADO – INDEPENDENTES	2.000,00
2721	DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	259,08
27222	OUT. CREDITORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	27.571,26

278	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES:	
2781	OPERAÇÕES BE RELACIONADAS COM A SEDE	
278110	BE - GRUPO PARLAMENTAR	871,90
278115	BE – PORTO	285,82
278122	BE – SANTARÉM	779,30
278128	BE – FARO	445,93
2782	CREDITORES POR DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	3.363,91
2785	SINDICATOS	49,80
Total de Outras Contas a Receber		36.869,01

Na subconta 2312 – Remunerações a Pagar ao Pessoal, o saldo de 1.242,10 euros refere-se ao montante em dívida ao pessoal. Pelos lançamentos efetuados, verifica-se que, daquele valor, 931 euros tiveram origem em dezembro de 2012, podendo tratar-se de salários que ainda não foram efetivamente pagos. Porém, os restantes 311 euros têm origem em meses anteriores, podendo tratar-se de valores que ainda não foram levantados pelos beneficiários ou divergências entre os salários processados e os valores efetivamente pagos.

Nos Outros Devedores e Credores, é de notar que o saldo credor de 285,82 euros da estrutura do Porto em relação à Sede transita, pelo menos, desde o ano de 2010.

O saldo de 2.000,00 euros, registado na subconta 2382 – Pessoal Contratado – Independentes, é referente aos honorários do advogado , que trabalha para a representação parlamentar da Madeira, tendo sido entretanto liquidado em 09/03/2012.

O saldo de 27.571,26 euros, registado na subconta 27222 – Outros Credores por Acréscimos de Gastos desdobra-se em dois montantes: um de 21.589,12 euros, referente à estimativa com as férias, subsídios de férias e respetivos encargos, referentes a 2011, mas a pagar em 2012; o outro, no valor de 5.982,14 euros, referente aos acréscimos (princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo), que serve de contrapartida aos gastos do período com água, eletricidade, comunicações e rendas, referentes a 2011, mas pagos em 2012.

É também registado um saldo de 3.363,91 euros, na subconta 2782 - Credores por Despesas de Funcionamento, que respeita a pequenas despesas de funcionamento, relativas a adiantamentos (empréstimos) realizados pelos tesoureiros e por outros filiados, reembolsados no ano seguinte.

5.6. Diferimentos (Passivo): Registam um decréscimo de 7.671 euros, passando de 9.681 euros em 2010 para 2.010 euros em 2011. Esta rubrica respeita a rendimentos a reconhecer, referentes a quotas.

- 6. Rendimentos:** O total dos rendimentos em 2011 foi de 2.275.149 euros, quando em 2010 fora de 2.309.033 euros.

Esta redução de 33.884 euros (-1,47%), decorre do facto de as rubricas de rendimentos terem baixado na sua generalidade – com exceção, nomeadamente, das Quotas (que aumentaram 3.474 euros) e da Angariação de fundos (mais 18.959 euros) –, evolução apenas parcialmente compensada pelo registo de 653.598 euros de subvenções relativas a Campanhas eleitorais (não aplicáveis em 2010, por não ter ocorrido qualquer ato eleitoral).

Considerando apenas os rendimentos da atividade corrente (excluindo as subvenções relativas a Campanhas eleitorais), o seu total seria de 1.617.845 euros, menos 691.188 euros (- 29,93%) que em 2010.

Passamos a analisar de seguida cada uma das rubricas de Rendimentos:

6.1. Rendimentos da Atividade Corrente – Privados: Esta rubrica refere-se aos rendimentos provenientes de donativos, quotas, contribuições de filiados, contribuições de representantes eleitos e angariação de fundos.

Em 2011, regista um valor total de 378.846 euros, quando, em 2010, era de 500.029 euros, pelo que apresenta redução de 121.183 euros, sendo a seguinte a sua discriminação e comparação com o ano anterior:

Rubrica	2011	2010	Variação	
			Valor	%
Donativos	2.715,08	6.355,24	-3.640,16	-57,28
Quotas	44.904,26	41.430,44	3.473,82	8,38
Contribuições de Filiados	87.979,45	145.223,32	-57.243,87	-39,42
Contribuições Reprerent. Eleitos	193.680,78	276.412,31	-82.731,53	-29,93

Angariação de Fundos	49.566,60	30.607,82	18.958,78	61,94
Total	378.846,17	500.029,13	-121.182,96	-24,24

É de notar que esta diminuição se verifica em ano de Campanha eleitoral, quando seria de esperar que o Partido conseguisse, nesta circunstância, mobilizar mais apoios.

6.2. Subvenções: São registadas nesta rubrica as Subvenções Estatais, que apresentam em 2011 um saldo total de 1.881.617 euros, quando, em 2010, tinham sido de 1.788.535 euros, registando portanto um aumento de 93.082 euros (+ 5,2%).

Conforme referido anteriormente, este acréscimo deve-se aos 653.598 euros de subvenções recebidas relativas a Campanhas eleitorais, pois a subvenção nacional registou uma quebra de 560.516 euros, ao baixar de 1.788.535 euros, em 2010, para 1.228.019 euros, em 2011.

Procedeu-se à comparação dos valores das subvenções contabilizadas pelo Partido face às declaradas no Ofício nº 653/GABSG/2012, de 1 de junho, enviado pelo Secretário-geral da Assembleia da República à Presidente da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, tendo apurado o seguinte:

Tipo Subvenção	Registadas pelo Partido	Declaradas pela A.R.	Diferença
Subvenção Anual		1.178.355,48	
Subvenção encargos assessoria		49.691,54	
Subtotais	1.228.019,07	1.228.047,02	-27,95
Subvenções Campanhas eleitorais 2011	653.598,19	653.598,19	0,00
Totais	1.881.617,26	1.881.645,21	-27,95

Verifica-se portanto uma divergência de 28 euros entre a subvenção registada na Contabilidade do Partido e a declarada pela Assembleia da República, com origem nas subvenções da atividade corrente anual (ver Ponto 4 da Secção C deste Relatório).

6.3. Vendas de Mercadorias: Esta rubrica, que apresenta um saldo de 933 euros em 2011, não tem correspondência no ano de 2010. Como o Partido já tinha livros que vendia ao público, que não evidenciava na sua Contabilidade, trata-se de uma evolução face às contas respeitantes a anos anteriores.

6.4. Outros Rendimentos e Ganhos: Apresentam, em 2011, um saldo de 10.046 euros, face a 20.469 euros registados em 2010, pelo que registam uma redução de 10.423 euros (- 50,92%).

Em 2011, a maior parte do valor registado nesta conta refere-se ao donativo em espécie relativo à cedência a título gratuito, entre 1 de janeiro e 31 de julho de 2011, de uma viatura VW Multivan com matrícula Belga , valorizada por 9.385 euros, conforme declaração emitida pela proprietária, que fez o donativo, e assinada por aquela e pela Tesoureira Nacional do Partido. Em 2010 esta conta registava, também, a referida cedência a título gratuito, da mesma viatura, mas pelo período respeitante à totalidade do ano, à qual foi então atribuído o valor de 16.088 euros.

6.5. Juros e Rendimentos Similares Obtidos: Esta rubrica apresenta um saldo de 3.706 euros, respeitando a juros obtidos de depósitos bancários (depósitos a prazo).

7. **Gastos:** O total dos gastos em 2011 foi de 2.142.505 euros, quando, em 2010, fora de 1.741.028 euros. A justificação para este aumento, de 401.477 euros (+ 23,06%) relaciona-se com os gastos suportados em 2011 relativos à atividade de campanha eleitoral (ver, neste Ponto 7 da Secção B deste Relatório, o parágrafo 7.5., relativo a Outros Gastos e Perdas).

7.1. Custo das Mercadorias Vendidas: Esta rubrica, sem saldo em 2010, regista, no ano de 2011, um valor de 670 euros, referente ao custo dos livros vendidos pelo Partido, sendo este o valor pelo qual se encontravam valorizados esses livros quando estavam registados em Balanço.

7.2. Fornecimentos e Serviços Externos: Em 2011 apresentam um saldo de 791.949 euros, quando, no ano de 2010, o seu saldo era de 1.036.204 euros. A diminuição de 244.255 euros (- 23,57%) deve-se ao facto de, em 2011, o Partido ter reduzido os gastos com este tipo de fornecimentos, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	Variação			
	2011	2010	Valor	%
Fornecimentos e Serviços:				
Trabalhos especializados	24.094,61	21.096,11	2.998,50	14,21
Publicidade e propaganda	95.607,99	165.441,22	-69.833,23	-42,21
Vigilância e segurança	2.008,11	3.473,90	-1.465,79	-42,19

Honorários	18.060,64	52.118,18	-34.057,54	-65,35
Conservação e reparação	21.258,66	36.798,51	-15.539,85	-42,23
Outros	0,00	420,00	-420,00	-100,00
Materiais:				
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16.674,42	35.667,02	-18.992,60	-53,25
Livros e documentação técnica	4.199,70	3.698,51	501,19	13,55
Material de escritório	24.046,35	23.295,78	750,57	3,22
Artigo para oferta	122,40	513,71	-391,31	-76,17
Outros	11.482,94	9.699,89	1.783,05	18,38
Energia e Fluidos:				
Electricidade	12.937,83	13.407,44	-469,61	-3,50
Combustíveis	38.866,91	45.082,72	-6.215,81	-13,79
Água	6.457,34	6.516,03	-58,69	-0,90
Outros	758,57	1.280,03	-521,46	-40,74
Deslocações, Estadas e Transportes:				
Deslocações e estadas	24.741,72	74.801,09	-50.059,37	-66,92
Transportes de pessoal	50.067,79	50.826,48	-758,69	-1,49
Transportes de mercadorias	1.197,55	2.986,10	-1.788,55	-59,90
Outros	0,00	532,02	-532,02	-100,00
Serviços Diversos:				
Rendas e alugueres	325.760,61	366.036,46	-40.275,85	-11,00
Comunicação	100.091,81	110.941,12	-10.849,31	-9,78
Seguros	9.860,97	7.184,53	2.676,44	37,25
Contencioso e notariado	170,00	0,00	170,00	
Limpeza, higiene e conforto	115,25	887,36	-772,11	-87,01
Outros Serviços	3.366,38	3.499,71	-133,33	-3,81
Total	791.948,55	1.036.203,92	-244.255,37	-23,57

No quadro acima é bem visível o decréscimo generalizado de gastos com as diversas subrubricas, ocorrido em 2011 (destacando-se as contas de Publicidade e propaganda, Honorários, Deslocações e estadas e Rendas e alugueres), apesar de ter sido ano de Campanhas eleitorais.

Com base na análise documental efetuada temos a referir as seguintes situações:

- Os lançamentos n.ºs 2922900000007, em 31/01/2011, 2922900000011 e 2922900000014, em 28/02/2011, e 2922900000015, em 31/03/2011, no valor de 500,00 euros, cada, totalizando 2.000,00 euros, referem-se, cada um deles, à aquisição de 50 senhas de combustível de 10,00 euros cada. Porém, não foram encontrados arquivados documentos comprovativos dos abastecimentos, com a identificação dos veículos e

do Partido, pelo que não é possível confirmar se tais senhas foram utilizadas para o abastecimento de viaturas do B.E.;

- O lançamento n.º 2322300000005, em 31/01/2011, no valor de 400,00 euros, refere-se ao pagamento de renda de janeiro de 2011, mas apenas se encontra suportado por fotocópia do extrato bancário, pelo que falta anexar o necessário recibo que identifique o senhorio e as instalações arrendadas, bem como a indicação do mês a que respeita.

7.3. Gastos com o Pessoal: Esta rubrica apresenta, em 2011, um saldo de 396.271 euros, quando, em 2010, registava 502.394 euros. A sua redução, em 106.123 euros (- 21,12%) deve-se ao facto de o B.E. ter reduzido o número de funcionários.

Foram verificados os cálculos da estimativa para férias, subsídio de férias e respetivos encargos relativos a 2011, a pagar em 2012 (mas que são gastos de 2011).

7.4. Gastos de Depreciação e Amortização: Esta rubrica apresenta em 2011 um valor de 60.944 euros, face a 70.990 euros em 2010. A redução de 10.046 euros (- 14,15%) deve-se ao facto de alguns bens já se encontrarem totalmente depreciados em 2010, pelo que não foram sujeitos a depreciação anual em 2011.

7.5. Outros Gastos e Perdas: Esta rubrica passou de 120.043 euros, em 2010, para 872.330 euros, em 2011, registando assim um aumento de 752.287 euros (+ 626,68%), que é devido à atividade de Campanha eleitoral a qual foi registada nesta rubrica. Esta conta compreende fundamentalmente os seguintes valores:

- Gastos e Perdas em Subsidiárias: Sob esta designação, foram registados os gastos relativos a Campanhas eleitorais, assim discriminados:

Conta	Designação	Euros
68581	Eleições Legislativas	772.558,29
68584	Eleições Regionais	40.220,64
68588	Outras Eleições (Referendo do Cartaxo)	593,95
6859	Outras Participações (Apoio à candidatura de Manuel Alegre)	25.000,00
Total		838.372,88

De notar que, de acordo com as correspondentes contas de Campanha apresentadas pelo Partido, as respetivas despesas registadas foram de: 772.038,29 euros, no caso da Eleição Legislativa; 37.582,89 euros, relativamente à Eleição Regional da Madeira; e 509,78 euros, em Eleição autárquica intercalar, em assembleia de freguesia.

- Impostos: saldo de 1.585 euros, dos quais 909 euros se referem a IMI (sobre edifício da Sede).
- Quotizações, no valor de 15.600 euros.
- Correções relativas a períodos anteriores, no valor de 5.797 euros, referentes a gastos de anos anteriores, só reconhecidos pelo Partido em 2011.
- Coima do Tribunal Constitucional, no valor de 10.000 euros, referente às contas anuais de 2006.

7.6. Gastos e Perdas de Financiamento: Esta rubrica apresenta, no balancete, um saldo de 4.108 euros, quando em 2010 era de 11.397 euros. Mas o valor que deveria efetivamente constar na demonstração dos resultados em 2011 seria de 4.082 euros, valor referente aos juros suportados ("juros de financiamentos obtidos"), quando em 2010 tinham sido de 10.089 euros, devendo-se esta redução à amortização do capital relativo ao financiamento.

- 8. Ações e Meios:** Foi analisada a lista de ações e meios elaborada pelo Partido e entregue no Tribunal Constitucional, e comparada com a lista preparada pela ECFP com base em informação recolhida.

Na sequência de tal comparação, são de notar as seguintes situações, que não constam da lista apresentada pelo B.E.:

Data	Ação	Observações
fevereiro	Inauguração da nova sede na Madeira com a presença de Francisco Louçã	a)
fevereiro	Universidade da Primavera - s/local, Ovar	b)
setembro	Distribuição de monofolhas "Aumento do preço dos transportes é um roubo" (Bloco/Odivelas) - impressão simples	c)

- a) Não foi considerada ação de propaganda e não teve custos associados;
- b) Atividade do "Forum Manifesto", associação totalmente independente do B.E.;

- c) Folhetos impressos na policopiadora interna, pelo que não foram imputados custos.

C. Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Incorreções e Incumprimentos Verificados Relativamente à Atividade do Partido. Situações de Impossibilidade de Conclusão, Erros ou Incumprimentos Detetados Relativamente às Contas e aos Requisitos Legais

1. Falta de registo do encerramento de conta bancária e conta bancária não refletida na Contabilidade

A conta 12.3.9.4 – Figueiredo de Alva regista, na Contabilidade, um saldo de 13,20 euros, quando o extrato bancário a apresenta já saldada. Aquele valor corresponde ao saldo evidenciado pelo banco em 6 de abril de 2011, antes da liquidação da conta, que ocorreu (de acordo com o extrato bancário) em 29 de abril de 2011. O prazo para apresentação de contas dessa eleição autárquica intercalar terminou em 10 de maio de 2011, tendo o B.E. apresentado as respetivas contas, que estão publicitadas no sítio na Internet do Tribunal Constitucional. Em 31 de dezembro de 2011, a Contabilidade não registava ainda o levantamento correspondente ao encerramento daquela conta bancária, o qual se deveria refletir noutra conta bancária ou em Caixa.

Por outro lado, através das respostas à circularização de bancos, foi identificada a existência de um pequeno saldo residual de 3,90 euros, na conta da Caixa Geral de Depósitos com o número 0035057000106219030, conta e saldo que não constam do balancete do Partido em 31 de dezembro de 2011.

A ECFP solicita ao B.E. que esclareça as duas situações, não obstante a sua imaterialidade.

2. Não apresentação da Certidão comprovativa da não existência de dívidas à Segurança Social

Até à data de conclusão do trabalho de auditoria, não foi apresentada a certidão de não existência de dívidas à Segurança Social, pelo que não foi possível confirmar que o Partido não tem dívidas e que não está sujeito à

aplicação de coimas e juros de mora. Assim não é possível à ECFP confirmar que o Passivo não se encontra subavaliado.

A ECFP solicita ao B.E. o envio da referida certidão.

3. Não Obtenção de todas as Respostas aos pedidos de confirmação de saldos com Fornecedores

Com vista à obtenção de confirmação externa dos saldos e transações com fornecedores, a AB – António Bernardo, a pedido da ECFP, procedeu à circularização dos saldos de Fornecedores, cujos saldos representam 78% do saldo da rubrica.

Com base nas respostas obtidas, foram identificadas divergências entre os saldos registados pelo B.E. e a contabilidade dos fornecedores (ver Ponto 5.2 da Secção B deste Relatório), de seguida enumeradas:

Conta	Título	Saldo Contabilidade	Saldo do Fornecedor	Diferença	Obs.
22110015	CTT EXPRESSO	-3.793,10	12.912,91	9.119,81	a)
22110118	VIAGENS MICAELENSE	-3.631,00	2.258,00	-1.373,00	b)
22110633	MOTIONCREATOR	-2.460,00	2.319,00	-141,00	c)
22110016	AFR-Contabilidade .Lda	-2.223,00	2.767,50	544,50	d)
22110649	AGENCIA ABREU	-612,86	0,00	-612,86	e)
22110679	MAR DE PRATA	-520,00	0,00	-520,00	f)

Para estes casos foi solicitado ao Partido que conciliasse as respostas com os dados na sua Contabilidade para identificar as causas das divergências de saldos. Após a análise das respostas dadas pelos fornecedores, o Partido respondeu o seguinte em relação a cada uma das divergências:

- a) CTT Expresso – O Partido refere não compreender a resposta dada pelo fornecedor, uma vez que se trata apenas de uma lista de faturas emitidas e não de uma conta corrente. A maior parte das faturas mencionadas foi paga durante 2011 e não se encontrava em aberto em 31/12/2011. Apenas as duas últimas faturas do ano se mantêm por liquidar, justificando o saldo em aberto na Contabilidade em 31/12/2011, conforme detalhado na lista seguinte:

Fatura	Valor	N.º de Documento de pagamento na Contabilidade (Sede central)	Data de pagamento	Observações
4971	724.69	63	07-03-2011	
11369	720.43	136	23-03-2011	
19285	346.43	80	05-05-2011	
26196	898.66	1292	27-06-2011	Legislativas
28946	402.16	1293	27-06-2011	Legislativas
31134	2516.02	1294	27-06-2011	Legislativas
41115	465.79	209	28-07-2011	
47739	15.66	123	30-08-2011	
57339	232.97	125	28-09-2011	
62154	1038.95	129	23-11-2011	
69097	1229.35	130	23-11-2011	
78568	327.75	---	---	Em aberto em 31/12/2011, parte do saldo de 3.793,10 € na contabilidade do B.E.
84408	3.465.35	---	---	Em aberto em 31/12/2011, parte do saldo de 3.793,10€ na contabilidade do B.E.
Em aberto 31.12.2011	3.793,10			

- b) Viagens Micaelense – O Partido solicitou esclarecimentos ao fornecedor, aguardando a respetiva resposta.
- c) Motioncreator – O Partido solicitou esclarecimentos ao fornecedor, aguardando a respetiva resposta.
- d) AFR – Contabilidade – Existe um erro nos valores na base da Contabilidade, cujo saldo na versão corrigida será de 2.214 euros (em lugar dos 2.223 euros registados). Neste caso o valor da diferença passará a ser de 553,50 euros, correspondendo ao valor do saldo do Grupo Parlamentar, o qual não se encontra centralizado (não integrando as contas do Partido).
- e) Agência Abreu – O valor da diferença corresponde ao saldo na conta do Grupo Parlamentar, a qual não se encontra consolidada nas contas do Partido.

- f) Mar de Prata – O saldo na Contabilidade do Partido corresponde a uma única fatura, que foi entretanto liquidada em janeiro 2012, regularizando tal saldo. Porém, essa fatura respeita efetivamente a uma outra empresa, “Tempestade e Macareus” e não ao fornecedor “Mar de Prata”, como está registado na contabilidade do B.E. Tratou-se de uma troca de códigos de fornecedor sem influência em termos de prestação de contas.

Também em relação a este pedido de confirmação de saldos houve casos em que não foram obtidas respostas, como é o caso dos seguintes fornecedores:

Conta	Título	Saldo Contabilidade
22110033	CIENCIA GRAFICA, LDA	-1.824,09
22110040	RISO IBERICA S.A.	-1.552,73
22110202	REITORIA UNIV.PORTO	-860,00
22110023	KEY INFORM-Miguel & Cristovão	-820,29
22110136	LUSA - Agencia Not.Portugal	-797,64
22110117	GLOBALNOTICIAS	-474,32
22110634	CTT Serv. Cont. Finanças	-438,72
22110087	RUPAUTO LDA	-260,73
22110014	NESTLE WATERS	-130,55
22110028	BUDGET - Rent-a-Car	-63,60
22110643	ANDILEX	-58,00

Face a esta situação, solicita-se que o Partido insista junto daqueles Fornecedores, no sentido de responderem ao pedido de confirmação de saldos, com a maior brevidade, assinalando a concordância ou a divergência (quantificando-a) relativamente aos saldos e transações constantes dos registos contabilísticos do B.E. Estas respostas são essenciais para a ECFP assegurar que os fornecimentos efetuados ao B.E. estão integralmente contabilizados e por valores corretos.

4. Divergência no valor da subvenção.

Com base na comparação dos valores das subvenções contabilizadas pelo Partido face às declaradas no referenciado Ofício nº 653/GABSG/2012 dirigido pelo Secretário-geral da Assembleia da República à Presidente da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, verifica-se que o Partido registou menos 28 euros em relação ao valor declarado pela Assembleia da República.

A ECFP solicita ao B.E. que esclareça esta divergência, que, embora de baixo montante, deverá ser escrutinada.

5. Anulação de saldos de fornecedores sem existência de suporte válido – Possibilidade de eventual existência de donativos de pessoas coletivas

Com base na análise documental efetuada, é de assinalar que o lançamento n.º 50016, em 31/01/2011, no valor de 1.200,00 euros, a crédito da conta 561 – Fundos Adquiridos, respeita à anulação de saldos de fornecedores, mas não apresenta suporte documental que explique o motivo desta anulação.

Como uma situação deste tipo pode eventualmente ser configurada como um donativo de pessoa coletiva, que são legalmente proibidos, a ECFP solicita o esclarecimento da mesma.

D. Conclusão

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, a ECFP considera que, exceto quanto aos efeitos das situações referidas nos Pontos 1, 4 e 5 da Secção C e exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito descritas nos Pontos 2 e 3 da Secção C, nada mais chegou ao conhecimento da ECFP que leve a concluir sobre a existência de outras situações relevantes que possam afetar as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo **B.E.** com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O trabalho de auditoria ficou concluído em 31 de maio de 2013.

Lisboa, 10 de julho de 2013

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Margarida Salema d'Oliveira Martins (Presidente)

José Gamito Carrilho (Vogal)

Leonel Dias Vicente (Vogal, Revisor
Oficial de Contas)